



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

133

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 322.848-0

Agravante: Camed Operadora de Plano de Saúde Ltda

Agravada: Delson Alves Camelo e Iracy Macedo Camelo

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: Direito do Consumidor. Processual civil. Recurso de agravo em agravo de instrumento. Plano de saúde. Internação domiciliar em regime de home care. Abusividade de cláusula excludente. Recurso não provido por unanimidade.

I - De acordo com a súmula 7 desta Corte de Justiça, "É abusiva a exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care)".

II - O tratamento em regime de *home care* implica na transferência de todo o aparato hospitalar, reproduzindo-se, a rigor, o ambiente de internação com todos os recursos necessários à manutenção da vida e da recuperação do paciente.

III - Não há cabimento na negativa de cobertura de materiais e medicamentos que já vinham sendo prestados à paciente durante a internação hospitalar e fazem parte da terapêutica domiciliar proposta pelo médico. Logo, negar a cobertura de tais recursos esvaziaria a própria realização do objeto do contrato.

III - A negativa de cobertura defendida pela seguradora na presente lide desrespeita o princípio da boa-fé objetiva e coloca o consumidor em desvantagem excessiva, conduta vedada pelo art. 51, IV e § 1º, I e II, do CDC.

IV - Recurso não provido por unanimidade.

ACÓRDÃO: Visto, relatado e discutido este recurso de agravo n. **322.848-0**, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em negar-lhe provimento para manter a decisão agravada, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

134

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 322.848-0

Agravante: Camed Operadora de Plano de Saúde Ltda
Agravada: Delson Alves Camelo e Iracy Macedo Camelo
Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de agravo legal interposto pela Camed Operadora de Plano de Saúde Ltda contra decisão terminativa proferida em sede de agravo de instrumento anteriormente interposto pela ora agravante.

O cerne da controvérsia envolve a necessidade de cobertura de tratamento médico domiciliar (*home care*).

Adoto o relatório da decisão agravada e acrescento:

Decisão agravada (fls. 116/118): proferi decisão terminativa, com base no art. 557, *caput*, do CPC, para negar seguimento à apelação cível e manter a decisão *a quo*, no sentido de condenar a Camed autorizar o internamento domiciliar de Delson no regime de *home care*.

Recurso de Agravo (fls. 121/126): Sem preliminares. No mérito, a Camed renova, em síntese, o mesmo argumento por ela já lançado quando da interposição da apelação cível, qual seja: a legalidade de sua conduta diante da ausência de previsão contratual para a cobertura da internação domiciliar no regime de *home care*, bem como de fornecimento de materiais de higiene e medicamentos orais decorrentes de tal modalidade terapêutica. Com esse argumento, requer o provimento do presente agravo.

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento colegiado.

É o relatório. Feito fora de pauta.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

135
R

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 322.848-0

Agravante: Camed Operadora de Plano de Saúde Ltda
Agravada: Delson Alves Camelo e Iracy Macedo Camelo
Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Por meio do presente recurso, a Camed renova, em suma, a mesma argumentação por ela já exposta quando da interposição do seu recurso apelatório, qual seja, a legalidade de sua conduta diante da ausência de previsão contratual para a cobertura da internação domiciliar no regime de *home care*, bem como de fornecimento de materiais de higiene e medicamentos orais decorrentes de tal modalidade terapêutica.

A referida matéria já foi exaustivamente apreciada pela decisão recorrida, razão pela qual reproduzo os termos ali proferidos:

Inicialmente, a Camed defende a legalidade de sua conduta diante da ausência de previsão contratual para a cobertura da internação domiciliar no regime de home care, bem como de fornecimento de materiais de higiene e medicamentos orais.

A bem da verdade, o médico auxiliar de Iracy prescreveu o atendimento domiciliar como forma de lhe fornecer o suporte clínico e de enfermagem necessários à evolução do seu delicado quadro de saúde (conforme atesta a prescrição médica de fls. 78/79).

Ora, cabe aos profissionais de saúde avaliar o quadro clínico do paciente segurado e, com base nisso, indicar-lhe o melhor tratamento. Assim, se o médico prescreveu a o tratamento domiciliar, deve ser priorizada a recomendação do especialista.

No caso, pelos documentos contidos nos autos é visível a necessidade do tratamento recomendado pela equipe médica.

Como esclareceu o laudo médico (fls. 78/79), Iracy é uma senhora de 87 anos (fl. 51), portadora de "fase avançada de quadro demencial, encontrando-se restrita ao leito".

*Ainda de acordo com o referido laudo, Iracy sofreu piora do seu quadro clínico em decorrência de **Acidente Vascular Cerebral Isquêmico**, além de ter sido diagnosticada com **tumor renal com metástase pulmonar**.*

É evidente, portanto, que a ausência de tratamento domiciliar a nível completo, nos termos das solicitações médicas poderá causar prejuízos irreparáveis à saúde da paciente.

Nessa esteira, frise-se: configurada a necessidade de home care pelos médicos, não pode agravante se eximir de suas obrigações enquanto prestadora de assistência à saúde. Afinal, é vedada a exclusão de cobertura a tal tratamento, tendo em vista as regras protecionistas previstas pelo Código de Defesa do Consumidor e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Esse entendimento, inclusive, já é pacífico e sumulado neste Tribunal:

Súmula 7: É abusiva a exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care) (original sem destaques).

No mesmo sentido, destaco os julgados abaixo transcritos:

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE NEGATIVA DE COBERTURA AOS SERVIÇOS DE HOME CARE (INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 007, DO TJPE). DANOS MORAIS CONFIGURADOS (INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 035 DO TJPE). - **Este Tribunal tem entendimento pacífico no sentido da ilicitude da negativa de cobertura para a assistência médico domiciliar (HOME CARE), visto que resta amparada em cláusula abusiva, considerada nula de pleno direito, conforme o art. 51, IV e XV, c/c § 1º, I e II do CDC. O contrato de seguro possui função social e deve atender aos princípios fundamentais contidos na Constituição Federal, principalmente o da dignidade da pessoa humana, com a garantia da inviolabilidade do direito à vida e à saúde integral (TJPE, Apelação Cível nº 120181-8).** - **A negativa de cobertura ao tratamento domiciliar indicado, com cuidados diários de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, além de acompanhamento por equipe de nefrologia, agravou a situação de aflição do segurado, na medida em que se viu tolhido de obter um tratamento com maior êxito na recuperação, consoante atestado pelo profissional médico no laudo acostado aos autos, devendo a seguradora responder pelos danos morais causados à parte autora, de acordo com o disposto no art. 186 c/c art. 927, ambos do CC. (TJ-PE - AGV: 2779806 PE 0018439-94.2012.8.17.0000, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 6ª Câmara Cível, 09/10/2012) (original sem destaques)**

E ainda:

PROCESSO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. SEGURO SAÚDE. HOME CARE. RECUSA DE COBERTURA SECURITÁRIA INDEVIDA. ABUSIVIDADE. SÚMULA 07/TJPE. DANOS MORAIS. CABIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1.**O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura.** 2.Assim, não pode o paciente, em razão de cláusula limitativa, ser impedido de receber tratamento com o método mais moderno disponível no momento em que instalada a doença coberta. 3.**Súmula n.07/TJPE - É abusiva a exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care).** 4.A recusa indevida à cobertura médica é causa de danos morais, pois agrava o contexto de aflição psicológica e de angústia sofrido pelo segurado. 5.Unanimemente, negou-se provimento ao agravo. (TJ-PE - AGV: 2902227 PE 0023537-60.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, 1ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 18/12/2012) (original sem destaques)

É evidente, portanto, a abusividade da exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care).

Nesse contexto, frise-se: o fato em si de se prever os riscos segurados e as limitações de cobertura no contrato de seguro não consiste em ilegalidade. No entanto, a possibilidade de predeterminar os riscos cobertos não justifica a estipulação de cláusulas abusivas e contrárias ao ordenamento jurídico.

Como cediço, o tratamento em regime de home care implica na transferência das condições do hospital para a residência do paciente.

Há efetiva transferência de todo **aparato hospitalar**, reproduzindo-se, a rigor, o ambiente de internação com todos os recursos necessários à manutenção da vida e da recuperação do paciente.

Assim, não há cabimento na negativa de cobertura de materiais e medicamentos que já vinham sendo prestadas à paciente durante a internação hospitalar e fazem parte da terapêutica domiciliar proposta pelo médico.

Nesse sentido já se manifestaram o TJSP, o TJDF e esta Corte de Justiça:

Plano de saúde. Cláusula limitativa que não abrange o tratamento na modalidade "home care". Contratos que não se adequaram à evolução de medicamentos e tratamentos. Jurisprudência que deve realizar a aplicação. **Tratamento "home care" que não se liga só à enfermagem e terapias auxiliares, mas significa a transferência das condições do hospital para a residência do paciente. Simples modificação do local do tratamento não basta para exonerar a operadora da cobertura. Terapias auxiliares que seriam prestadas ao autor caso estivesse no hospital e que, portanto, devem ser custeadas pela requerida.** Jurisprudência deste TJSP. Decisão acertada. Recurso improvido. (TJ-SP - AC: 6251754000 SP, Relator: Maia da Cunha, Data

de Julgamento: 19/02/2009, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/03/2009) (original sem destaques)

136
P

E mais,

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. PLANO DE SAÚDE. LEGITIMIDADE AD CAUSAM. COBERTURA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR. **HOME CARE. DIREITO À VIDA E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE. NULIDADE CONTRATUAL DE CLÁUSULA QUE LIMITA A ASSISTÊNCIA MÉDICA EM CARÁTER DE URGÊNCIA. [...]**
2.1 "4. **O SERVIÇO DE HOME CARE NÃO PASSA DE UMA ALTERNATIVA (MAIS HUMANIZADA) PARA O PACIENTE QUE TEM INDICAÇÃO MÉDICA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR** (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70027204791, SEXTA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: LIEGE PURICELLI PIRES, JULGADO EM 18/12/2008). **ASSIM, AINDA QUE PASSE O DOENTE A RECEBER OS CUIDADOS MÉDICOS EM SUA CASA, CONTINUA A NECESSITAR DE ACOMPANHAMENTO MÉDICO E HOSPITALAR CONSTANTE. NESSE PASSO, NÃO É CRÍVEL ADMITIR SEJA O PACIENTE ABANDONADO À PRÓPRIA SORTE EM CASA PORQUE, SE INTERNADO ESTIVESSE NO HOSPITAL, TERIA À DISPOSIÇÃO MÉDICOS, ENFERMEIROS, MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE HIGIENE CUSTEADOS PELA OPERADORA DE SAÚDE. É CONCLUIR QUE O TRATAMENTO VINDICADO PELO APELADO É O MESMO QUE TERIA CASO ESTIVESSE HOSPITALIZADO.** 5. PARA EFEITO DE PREQUESTIONAMENTO A TURMA JULGADORA NÃO ESTÁ OBRIGADA A RESPONDER A TODOS OS PONTOS E PRECEITOS LEGAIS REFERIDOS PELAS P ARTES. BASTA QUE O JULGADO SEJA PROFERIDO DE FORMA FUNDAMENTADA. 6. RECURSO CONHECIDO, REJEITADA A PRELIMINAR, NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME." (20090110918833APC, RELATOR WALDIR LEÔNCIO CORDEIRO LOPES JÚNIOR, 2ª TURMA CÍVEL, DJ 25/11/2010 P. 180). 3. NOUTRAS PALAVRAS: "O FATO DE A MODALIDADE DE TRATAMENTO DOMICILIAR ESTAR EXCLUÍDA DA COBERTURA DO CONTRATO NÃO ISENTA A RÉ DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E LEGAL DE ASSEGURAR O CUSTEIO DOS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À PRESERVAÇÃO DA VIDA, ÓRGÃOS E FUNÇÕES EM SE TRATANDO DE COMPROVADO RISCO IMINENTE À SAÚDE DO PACIENTE. (...) 4. AO CONTRATAR COM A AGRAVANTE, TINHA A AGRAVADA A EXPECTATIVA DE QUE SERIA PRONTAMENTE ATENDIDA QUANDO NECESSITASSE DE ATENDIMENTO À SAÚDE, INDEPENDENTEMENTE DA ESPÉCIE DE PROCEDIMENTO SUGERIDO PELO MÉDICO. 4.1. VIOLA A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO QUALQUER OBSTÁCULO AO TRATAMENTO PRESCRITO PELO MÉDICO DO SEGURADO. 5. PRESENTES OS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS À ANTECIPAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL, QUAIS SEJAM, A PRESENÇA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA E DO RISCO DE DANO IRREPARÁVEL À REQUERENTE, CORRETA SE MOSTRA A DECISÃO AGRAVADA, QUE PRESERVOU OS BENS JURÍDICOS MAIORES: O DIREITO À VIDA E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE. 6. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - AI: 160620320108070000 DF 0016062-03.2010.807.0000, Relator: JOÃO EGMONT, Data de Julgamento: 19/01/2011, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: 24/01/2011) (original sem destaques)

E ainda,

DIREITO DO CONSUMIDOR - PLANO DE SAÚDE - AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO - NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DE TRATAMENTO HOSPITALAR A SER REALIZADO EM DOMICÍLIO - SISTEMA DE HOME CARE - ILÍCITA A NEGATIVA DE CUSTEIO PELA SEGURADORA - ABUSIVA A LIMITAÇÃO DE VALOR NA COBERTURA DOS MATERIAIS E MEDICAMENTOS SOLICITADOS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE, CONSTITUCIONALMENTE CONSAGRADOS - EXIGÊNCIA DE COBERTURA, DE TODOS OS APARATOS MÉDICOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO TRATAMENTO DO APELADO - PREVALÊNCIA DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA - DANOS MATERIAIS E MORAIS DEVIDOS - IMPROVIMENTO. [...]

- Não procede a tese do Apelante de que o médico assistente do Apelado não solicitou o sistema de home care. Se esse tipo de tratamento domiciliar nada mais é do que um acompanhamento feito por profissionais de enfermagem, associado a visitas médicas, para continuidade do mesmo tratamento recebido em hospital, e tendo o médico assistente solicitado tais procedimentos por requisição específica, o caso trata-se de caso típico de tratamento domiciliar, também denominado de home care. - Aplicação da súmula 07 deste TJPE: "É abusiva a exclusão contratual de assistência médico domiciliar (home care)." - Relação de Consumo. Desequilíbrio entre os contratantes. Abusividade da cláusula limitadora de cobertura de medicamentos e materiais. Entendimento reiterado pelo STJ. Prevalência do CDC. Normas de ordem pública e interesse social. Necessidade de continuidade de tratamento domiciliar, antes realizado em hospital. Obrigatoriedade de cobertura de todos os aparatos médicos necessários para a manutenção do tratamento do Apelado. - Danos morais e materiais devidos. -

Improvemento do recurso. (TJ-PE - APL: 47313120088170480 PE 0004731-31.2008.8.17.0480, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 22/11/2011, 2ª Câmara Cível) (original sem destaques)

Como se observa, ainda que o doente passe a receber os cuidados médicos em sua casa, continua a necessitar de acompanhamento médico e hospitalar constante.

Portanto, é abusiva a cláusula limitativa de cobertura de medicamentos e materiais no regime de home care, pois, **se a paciente estivesse no hospital, teria à disposição equipe clínica multidisciplinar, medicamentos e materiais de higiene custeados pela operadora de saúde.**

Como se sabe, o plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura. Afinal, tal recusa vai de encontro ao princípio da boa-fé, que deve nortear as relações de consumo.

Ora, se as doenças do paciente são cobertas pelo contrato, a simples modificação do local do tratamento não basta para exonerar a operadora da cobertura necessária à melhoria do estado clínico dele.

No caso, os medicamentos e materiais pleiteados por Iracy fazem parte da **continuidade do tratamento que já vinha sendo realizado no hospital**. Logo, negar a cobertura de tais recursos esvaziaria a própria **realização do objeto do contrato**.

Assim, a negativa de cobertura ora defendida pela Camed desrespeita o princípio da boa-fé objetiva e coloca o consumidor em desvantagem excessiva, conduta vedada pelo art. 51, IV e § 1º, I e II, do CDC.

Por fim, convém ainda observar o disposto no art. 13 da Resolução Normativa 211 (de 11 de janeiro de 2010) da ANS:

Art. 13 Caso a operadora ofereça a internação domiciliar em substituição à internação hospitalar, com ou sem previsão contratual, deverá obedecer às exigências previstas nos normativos vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA e nas alíneas "c", "d" e "e" do inciso II do artigo 12 da Lei nº 9.656, de 1998. (original sem destaques)

O aludido dispositivo determina a observância do art. 12, II, "c", "d" e "e" da Lei 9.656, de 1998, caso a operadora ofereça a internação domiciliar em substituição à internação hospitalar, com ou sem previsão contratual. As referidas alíneas do art. 12, por seu turno, estabelecem:

Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes **exigências mínimas**:

[...]

II - quando incluir internação hospitalar:

[...]

c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

e) cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, em território brasileiro;

Como se vê, a própria ANS impõe às seguradoras a cobertura de medicamentos e materiais quando a internação domiciliar se der em substituição à internação hospitalar.

Diante do exposto, é evidente a presença dos pressupostos necessários à antecipação da tutela jurisdicional, quais sejam, a presença da verossimilhança das alegações delineadas

na petição inicial e do risco de dano irreparável à Iracy. Logo, correta se mostra a decisão agravada, que preservou os bens jurídicos maiores: o direito à vida e à saúde.

13X
p

Como se observa, a decisão destacou a súmula 7 deste Tribunal de Justiça, que considera abusiva a exclusão contratual de assistência médica domiciliar (*home care*).

Foi também esclarecido que o tratamento em regime de *home care* implica na transferência de todo o aparato hospitalar, reproduzindo-se, a rigor, o ambiente de internação com todos os recursos necessários à manutenção da vida e da recuperação do paciente.

Com base nisso, o voto concluiu não haver cabimento na negativa de cobertura de materiais e medicamentos que já vinham sendo prestados à paciente durante a internação hospitalar e fazem parte da terapêutica domiciliar proposta pelo médico.

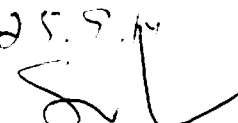
Nesse ponto, foram destacados diversos julgados que adotaram o mesmo entendimento desta relatoria no julgamento de casos semelhantes.

Por fim, esclareceu-se que a negativa de cobertura ora defendida pela Camed desrespeita o princípio da boa-fé objetiva e coloca o consumidor em desvantagem excessiva, conduta vedada pelo art. 51, IV e § 1º, I e II, do CDC.

Assim, percebe-se pretender a Camed apenas rediscutir matéria já apreciada de maneira exaustiva pela decisão monocrática, não trazendo argumentos novos capazes de modificar o julgado.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, para manter a decisão agravada pelos seus próprios termos.

É como voto.

Recife, 25.5.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator